

**RESENHA:** CARMO, Edinaldo Medeiros. *De ribeirinhos a sertanejos do semiárido: a intervenção socioeducacional na trajetória dos atingidos por barragens*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. 156p.

**Isabela Bolorini Jara<sup>1</sup>**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro- PPGCEC

Ligarmos o interruptor para acendermos a luz em nossas casas parecem algo tão banal, tão ordinário que, certamente, não paramos para imaginar o complexo caminho percorrido para que tal energia elétrica chegasse até nós. O processo para construção das usinas hidrelétricas envolve uma série de questões, dentre elas, a desapropriação de diversas famílias ribeirinhas para a construção de barragens. É justamente sobre o pós-desapropriação e reassentamento das famílias do Núcleo Fazenda Nova, na Bahia, que trata o trabalho de Edinaldo Carmo.

Em sua dissertação de mestrado em Educação, pela Universidade Federal da Bahia, Carmo escolhe a comunidade do Núcleo Fazenda Nova como objeto por já estar identificado e envolvido com ela, em razão do Programa Alfabetização Solidária, no qual trabalhou como coordenador, implantando aí turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Retornou ao Núcleo durante a pós-graduação, com projetos de educação ambiental e sustentabilidade, na intenção de promover maior participação da comunidade em busca de melhoria na qualidade de vida e fortalecimento de uma identidade cultural do grupo em questão.

Ao analisar o processo histórico de formação do Núcleo Fazenda Nova, o autor visa compreender as relações estabelecidas entre os moradores e sua respectiva organização sociocomunitária, além de avaliar até que ponto as intervenções educacionais realizadas junto a essa comunidade contribuíram

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: isabelabjara@gmail.com

para esta organização. Para tanto, utilizou abordagem qualitativa do tipo Estudo de Caso, coletando dados através de entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Agregou-se a isso análise documental. Carmo trabalhou com a teoria educacional e com a sociológica, abordando temas como educação, cultura e cidadania, relacionando-os entre si.

Antes de chegar ao ponto da análise da população do Núcleo Fazenda Nova propriamente dita, o autor situa seu leitor acerca de algumas categorias que nortearam sua pesquisa. São elas: participação, identidade e sentimento de pertença. Neste ponto, Carmo faz uma rica revisão bibliográfica sobre esses temas, elucidando as diversas formas de conceituação destes termos de acordo com os autores trabalhados. Esta parte do trabalho é de grande valia para futuros pesquisadores de temas similares ao deste trabalho, pois oferece subsídios bibliográficos abundantes e muito bem explicados.

Quanto à participação, o autor esclarece que há tipos diferentes, que variam em função das formas de exercício do poder, estando, assim, a participação relacionada à tomada de decisões, à execução ou aos resultados. Através de Peruzzo (2004), o autor identifica três formas de participação, as quais dizem respeito aos níveis de envolvimento dos indivíduos, sendo assim denominadas: participação passiva, que se refere ao indivíduo que age como expectador, delegando o poder a outrem; participação controlada, aquela na qual se cria uma ilusão de participação, mas, na verdade, os indivíduos, embora tenham alcançado o poder de participar, têm esta participação limitada ou manipulada, e, por fim, a participação-poder, na qual o poder é compartilhado, de forma democrática, e as decisões são tomadas com “co-responsabilidade e representatividade do grupo em questão” (p.34).

Em relação ao conceito de identidade, o autor trabalha com a definição de que esta é construída historicamente, estando diretamente relacionada com o contexto social, cultural e ambiental no qual se insere o indivíduo.

O sentimento de pertença ou pertencimento, na qualidade de “elemento propulsor da participação e da formação da identidade” (p. 37) é neste trabalho visto pela teoria dos “sítios simbólicos”, que dizem respeito

aos locais no “sentido geográfico (bairro, cidade, microrregião, região, país, etc.)”, mas, também, no “sentido simbólico (adesão a uma cultura, a uma ideologia, a uma religião)” (ZAOUAL, 2003 apud p. 38). O pertencimento da população em questão será analisado por esses dois vieses: o do pertencimento ao local, e o do pertencimento ao grupo no qual foram inseridos com o reassentamento. Ou seja, Carmo pretende avaliar até que ponto esta população desenvolveu (ou não) o sentimento de pertença ao novo território, com todas as diferenças ambientais entre este e seu lugar de origem - local no sentido geográfico - e, além disso, perceber se ocorreu este sentimento de pertença em relação ao novo grupo, com a conformação de uma nova cultura, comportamentos, crenças - local no sentido simbólico.

Esclarecidas as definições de participação, identidade e pertencimento escolhidas para análise do seu objeto, Carmo passa, então, a narrar a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), elucidando o quanto a história das comunidades atingidas tem sido de luta e resistência.

Após explicitar o histórico da mobilização dos atingidos por barragens através da trajetória do MAB, o autor expõe como se deu a construção da Barragem Pedra do Cavalo, que, embora tenha gerado muitas opiniões contrárias ao projeto pelos impactos sociais que acarretaria, foi levada a cabo mesmo assim.

Parte do Plano de Valorização dos Recursos Hídricos da Bacia do Vale do Paraguaçu, a Barragem Pedra do Cavalo foi construída pelo Governo do Estado da Bahia, gerando a desapropriação de milhares de pessoas, com as quais a empresa responsável não estava nem um pouco preocupada, desejando apenas pagar-lhes indenizações injustas, sem intenção alguma de fazer o reassentamento.

Carmo esclarece que, como à época da construção dessa barragem (1979) o MAB ainda não existia, foram os sindicatos da região que organizaram o movimento de resistência e luta pelo reassentamento das famílias desapropriadas. Após muitos momentos de conflito, ficou estabelecido que o reassentamento deveria obedecer alguns critérios, tais como manter os

reassentados em núcleos construídos nos mesmos municípios onde viviam anteriormente, para manutenção dos vínculos de família e vizinhança; os núcleos deveriam oferecer infraestrutura comunitária (escolas, igreja, posto de saúde), água, energia elétrica. Contudo, a Desenvale, empresa governamental responsável pela construção da Barragem, não cumpriu efetivamente com o combinado, gerando uma série de conflitos.

Outra questão que deveria ser levada em consideração também era o índice pluviométrico e a qualidade do solo onde seriam reassentadas as famílias desapropriadas. Por se tratarem de pequenos agricultores, que viviam da cultura do milho, mandioca e fumo, bem como da criação de pequenos gados bovinos e caprinos e pesca para subsistência, era fundamental que o lugar escolhido para os núcleos onde iriam morar a partir de então satisfizesse a essas necessidades.

Nesse ponto da análise, Carmo estreita mais o foco e passa a falar especificamente do Núcleo Fazenda Nova, o qual chama atenção pelas peculiaridades de sua conformação. Como o terreno deste núcleo não foi recomendado pelo movimento de resistência, por seu solo de baixa fertilidade e índice pluviométrico incompatível com as atividades agrícolas daquelas comunidades ribeirinhas, a Desenvale ofereceu um projeto de irrigação, como forma de compensação por essas situações.

A despeito da fala do movimento de resistência de que, mesmo com essa proposta, o Núcleo Fazenda Nova não deveria ser utilizado para o reassentamento, as famílias escolhidas pela empresa para ocupá-lo, que, a princípio, não queriam sair de suas terras e ir para lá, acabaram cedendo, muito em função da promessa de irrigação. Outro ponto que merece destaque na composição deste núcleo é que as famílias eram de lugares diferentes e, portanto, não se conheciam. Também eram, em sua maioria, pessoas de idade e pouco (ou nada) envolvidas como o movimento de resistência. De acordo com o autor, esses fatores, aliados a uma postura governamental assistencialista, contribuíram fortemente para a quase nula participação desta comunidade.

Anos após o reassentamento, o governo chega à conclusão de que o sistema de irrigação (promessa feita para convencer as famílias a mudar-se para lá e até então não cumprida) era financeiramente inviável. E foi apenas quando viram os caminhões chegando para a retirada dos equipamentos de irrigação que os moradores do núcleo se manifestaram, unindo-se para tentar impedir. Foram duramente reprimidos por isso, e os equipamentos retirados. Sobre isso, Carmo afirma que, para aquela comunidade, não eram apenas os equipamentos que estavam sendo-lhes tirados, mas “também a esperança de que suas terras seriam irrigadas, de que os anos de labuta naquela terra de baixa fertilidade e de chuvas pouco frequentes seriam amenizados” (p. 87). Apesar dos anos decorridos desde sua chegada até ali, aquela população manteve a esperança de que um dia a promessa seria cumprida. E esta esperança foi alimentada por uma passividade, gerada principalmente pela falta de entrosamento do grupo, já que sequer se conheciam antes de tornarem-se vizinhos, bem como pela falta de um histórico de organização social anterior.

A partir daí, o autor passa a explicitar, por meio de depoimentos feitos por moradores deste núcleo de reassentamento, como se deu ao longo dos anos até atualmente a participação destes. Chega à conclusão de que os raros momentos de participação, como este de reação à retirada dos equipamentos de irrigação, devem-se em grande medida à política assistencialista praticada pelos governantes locais, gerando, assim, uma relação de dependência. O governo provia precariamente suas necessidades básicas, mas não lhes dava os instrumentos necessários para buscarem por si só a resolução de seus problemas. Mesmo com a criação posteriormente de uma associação de moradores, esta não foi utilizada com fins de participação popular. Foi proposta de fora para dentro. Os moradores sequer sabiam o que exatamente era uma associação de moradores e, portanto, mantinham-se distantes. A crença de que era necessária uma educação formal para participar também os afastou, tendo em vista o alto índice de analfabetismo e a baixíssima escolarização desses moradores.

Em relação à identidade, o autor conclui que apesar de todas as dificuldades, esta comunidade, ao longo dos anos, foi capaz de reconstruir sua identidade. Embora não tenha sido fácil deixar para trás a cultura e relações interpessoais que impregnavam seu antigo local de habitação para vivenciar novas culturas, novas relações, eles conseguiram construir uma nova identidade social, estabelecida através dos laços que se formaram em meio às dificuldades enfrentadas.

Segundo Carmo, o sentimento de pertença é denotado pelos depoimentos apenas em relação ao grupo de convívio. Após todos esses anos convivendo juntos, vínculos afetivos e sociais foram formados. No que tange ao pertencimento no aspecto territorial, geográfico, este ainda não existe. A maioria da população ainda não vê de forma positiva o pertencimento àquele lugar e almeja um dia ter condições materiais de ir embora dali.

Para o autor essa ausência de sentimento de pertença contribui para que, mesmo já estando identificados uns com os outros - percebendo-se como um coletivo - a participação destes ainda seja deficiente. Por consequência, “a comunidade não consegue criar espaços participativos que desencadeiem projetos coletivos, em busca de alternativas para a solução dos problemas encontrados” (2013, p. 143).

Carmo conclui seu trabalho afirmando ser necessária uma intervenção socioeducacional do MAB com o fim de estimulá-los a participarem mais na luta por melhores condições de vida. Ao afirmar isso, o autor dá a entender que as ações socioeducacionais praticadas por seu grupo de trabalho no período da pós-graduação não foram o suficiente para desenvolver naquela comunidade o envolvimento necessário para promover melhores condições de vida para si, necessitando, portanto, de um investimento do MAB nesse sentido.

O trabalho de Edinaldo Carmo é rico em bibliografia, em definição de conceitos, em aplicação de métodos, porém é mais rico ainda em percepção da condição humana, em compreender ações (ou falta delas) em função de uma dada situação. “De ribeirinhos a sertanejos do semiárido” é um trabalho

que, apenas pelo título, nos convida à reflexão. Reflexão acerca dos processos neoliberais, que simplesmente anulam a importância do ser humano em função do capital. Reflexão sobre como comunidades inteiras puderam ser expropriadas de seu chão, sua cultura, sua organização social em prol da geração de energia elétrica, da qual, a princípio, não puderam gozar. Na corrida por geração de capital, impactos sociais e ambientais são vistos como meros detalhes a serem superficialmente resolvidos.

Por tudo quanto nos leva a refletir, pode-se dizer que o trabalho aqui resenhado torna latente o quanto áreas de periferia como a do Núcleo Fazenda Nova carecem de ações educacionais (não exclusivamente a educação formal, escolar, mas também a não-formal, produzida nos espaços extraescolares, como no sindicato, na associação de moradores, dentre outros) para que seus moradores desenvolvam atitudes participativas e exerçam sua cidadania.